

Barganha envolve Adão Xavier e Lacerda



O esforço final do GDF para virar o jogo na votação do reajuste do IPTU começou no último sábado, numa reunião do governador Cristovam Buarque, na residência oficial de Águas Claras, com os

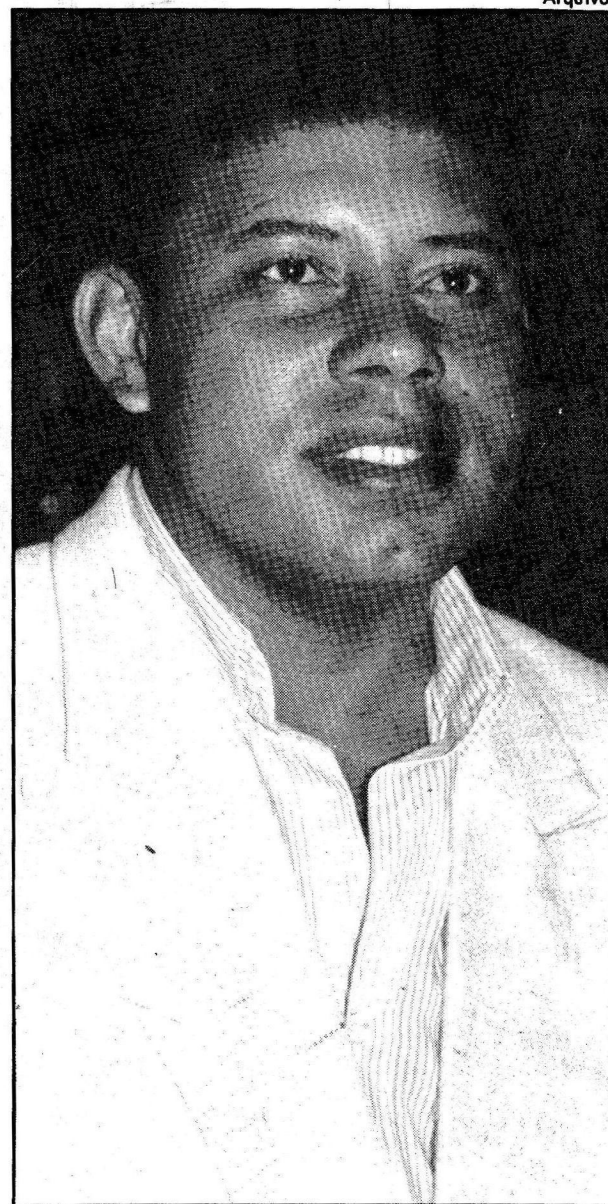
empresários da Fibra, Federação do Comércio (FCDF) e Sinduscon. Após o encontro, o GDF anunciou que havia conquistado o apoio dos empresários para o seu pacote. A Fibra e a FCDF desmentiram a versão do Buriti. O Sinduscon ficou em silêncio. Estava dada a senha: os empresários da construção civil apoiariam o governo. Com essa nova parceria, o GDF tinha mais um trunfo para sair em campo e buscar os votos que faltavam: de César Lacerda (PTB) e Adão Xavier (PFL).

As negociações com os dois deputados continuaram durante todo o fim de semana, com uma série de novas reuniões entre eles e as principais lideranças governistas na Câmara: Geraldo Magela, Lúcia Carvalho e o assessor parlamentar Valdomiro Diniz. A reunião, que selou o destino do pacote, aconteceu novamente em Águas Claras, na manhã de ontem. Participaram Cristovam, Magela, Lúcia, e os dois fiéis da balança, Xavier e Lacerda. Eles saíram com o acordo

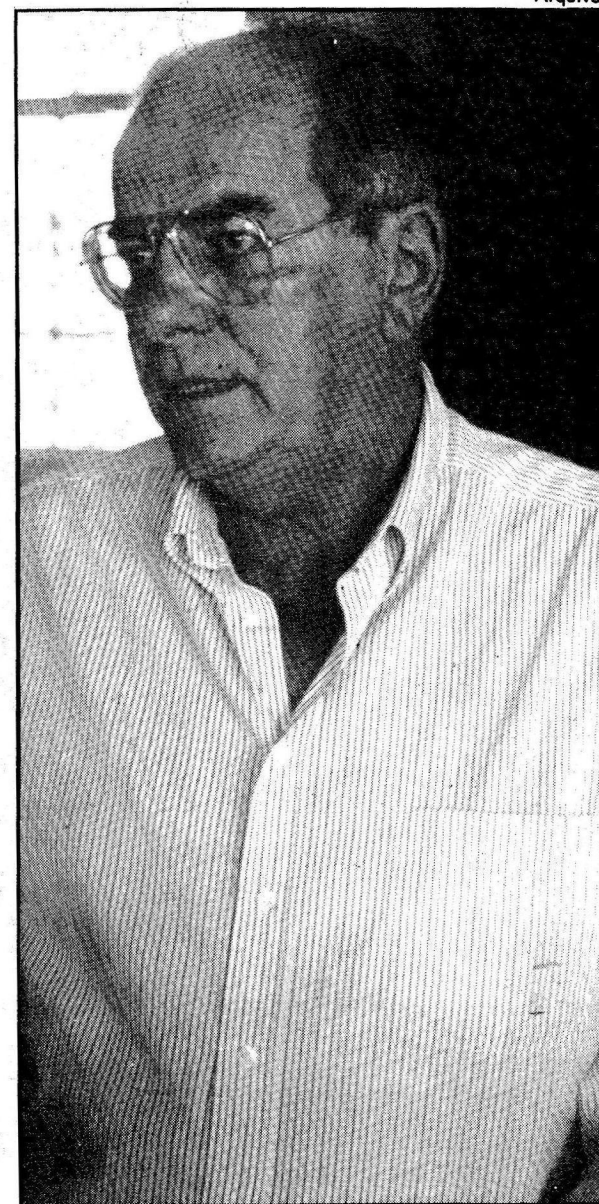
costurado.

Termos — De acordo com deputados ao votarem contra o pacote, “com Lacerda, o acerto girou em torno da participação de suas empresas no governo. Um de seus filhos é dono da Brasília Segurança, que tem vários contratos com o GDF. Além da manutenção desses contratos, Lacerda teve a garantia de que outra empresa sua, a Artec, do ramo da construção civil, vai conseguir uma série de obras com dispensa de licitação (sempre na modalidade de carta-convite) junto a empresas do GDF, inclusive na retomada das obras do Metrô”. Hoje, Lacerda já tem um contrato de R\$ 800 mil referentes ao aluguel dos carros que prestam serviços administrativos ao metrô.

Coube a dirigentes do Sinduscon segundo outro deputado da oposição, a missão de conquistar o voto de Adão Xavier”. Eles garantiram ao distrital evangélico que uma empresa de terraplanagem e ajardinamento — de propriedade de um parente do deputado — se cadastraria na Novacap para participar de contratos sem licitação. O Sinduscon ganharia do GDF a promessa de que vai participar das muitas novas obras feitas com o dinheiro arrecadado pelo novo IPTU”, disse. Xavier também recebeu a promessa de que indicará, em janeiro, um administrador para o Riacho Fundo. A Administração de Samambaia ficará para uma segunda etapa, quando Jacques Pena for para uma secretaria.



Arquivo



Arquivo

Pefelista não aceita ‘cabresto’

O PFL pode perder, nos próximos dias, seu único representante na Câmara Legislativa. Depois de desafiar lideranças pefelistas, votando a favor do pacote econômico, o deputado Adão Xavier cogita a possibilidade de deixar a legenda. “Amanhã, tudo pode acontecer. Não vou ser controlado por ninguém. O voto é meu”, desabafou o distrital, após uma conversa por telefone, com o presidente regional do PFL, Osório Adriano. Adão não aceita “o cabresto” da cúpula do partido e mostra-se disposto a aceitar convites de outras siglas.

Sua relação com o PFL nunca foi fácil. Não é a primeira vez que o

deputado vai de encontro aos interesses do partido. Por ocasião da eleição da Mesa Diretora, o relacionamento ficou estremecido depois que o parlamentar decidiu apoiar, informalmente, a candidatura de Geraldo Magela (PT).

Parte da barganha feita entre a bancada governista e o deputado distrital Adão Xavier (PFL) foi paga ontem a noite, numa sessão solene realizada na igreja Assembléia de Deus, em Ceilândia Sul. Na sessão foi promulgada a lei que cria o Dia do Evangélico e entregue o título de Cidadão Honorário de Brasília ao pastor Antônio Inácio de Freitas.

Adão Xavier

(PFL)

Antes

“Sou contra. Não posso concordar com um pacote que vai onerar o bolso dos mais humildes e da classe média. Culpo o governo porque é incompetente. Gastaram todo o dinheiro que tinham em caixa. Sequer admito votar a favor de outros projetos” (Jornal de Brasília — 11/12/95)

Depois

“Votei com a minha consciência. Estou tranquilo. Vamos apresentar emendas para reduzir as alíquotas e não penalizar a população carente. Não houve qualquer barganha para que eu votasse a favor. Não recebi nada por isso”. (ontem em plenário durante a votação do pacote)

César Lacerda

(PTB)

Antes

“Sou contra porque consultei o meu grupo político e meus eleitores. Fiz 103 consultas e todos, com exceção de um, se posicionaram contra o aumento. Ouvi também associações e representantes de classes. Até a CUT disse ser contra o pacote. Como consultei minhas bases, não posso votar favorável”. (Jornal de Brasília — 07/12/95)

Depois

“Uma jornalista me ligou no sábado e me deu a dica. Foi um verdadeiro ovo de Colombo, um achado. Vou apresentar uma emenda de redução da alíquota para salvar o pacote. Não estou preocupado com denúncias de barganha. Por amor à Brasília, esta emenda será a salvação da cidade”. (ontem durante a votação do pacote)